

Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia.



*Marcelo Souza Pereira**

Carlos Corrêa Teixeira, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, foi professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas – Ufam. É relevante lembrar que a pesquisa que deu origem à obra de Teixeira – apesar de ter sido publicada apenas no ano de 2009 – aconteceu entre os anos de 1976 e 1979, momento em que o seringal já não exercia as mesmas funções econômicas e sociais de quando de seus áureos períodos (1870-1912 e de 1943-1945), bem como a economia amazonense já estava fincada em um modelo industrial após anos de crise. Todavia, a sociedade construída a partir do seringal deixou marcas na vida de muitos que para o Amazonas migraram e continuam a sobreviver do extrativismo, da agricultura e de outras atividades afins. Os sujeitos dessa obra são justamente os personagens da história do último século na Amazônia: seringueiros, seringalistas e/ou seus descendentes, que migraram para outras atividades ou continuavam a habitar os seringais do sul do Estado do Amazonas, mais especificamente o espaço do município de Humaitá. Em suas palavras, naquele *locus* os “...seringueiros estavam se transformando em simples lavradores, vivendo ao mesmo tempo da borracha e de agricultura de subsistência” (p. 27).

Nessa obra o autor nos apresenta o seringal a partir de sua concepção histórica e sociológica, dando-nos provas de uma sociedade que se ergueu a partir de dois elementos estruturantes intimamente relacionados: o barracão

*Doutorando em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/Ufam. Economista da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Fapeam. E-mail: cruisemarcelo@gmail.com



e o sistema de aviação. Teixeira afirma que, apesar do barracão não existir mais, a economia que girou à sua volta persistiu e criou o que ele denominou de “sociedade do seringal”, responsável pela organização produtiva existente em grande parte da Amazônia. Em suas palavras, o barracão constituiu o “centro nevrálgico” dessa economia e o seringal o universo social mais amplo, que mais tarde iria levar esses mesmos trabalhadores do centro da mata para cultivar os roçados de várzea ao lado de uma população cabocla remanescente da antiga colonização portuguesa.

O barracão, em sua concepção, recriou o comércio regional do aviação por meio do estímulo à produção a partir de um sistema onde o seringueiro era induzido ao consumo para sobreviver na selva, e esse consumo tornava-o trabalhador cativo do seringalista, seu servo, isto é, um “...homem que trabalha para escravizar-se” (p. 13). O sistema de intercâmbio, o aviação, apesar de revelar um processo de troca quase que medieval, na verdade se sobrepôs às novas experiências que surgiam e se adaptou às transformações que o capital necessitou para se perpetuar nestas longínquas terras. Para Teixeira, mais que um sistema de troca, o aviação revelou variáveis importantes de se analisar: a) as relações socialmente coercitivas de sujeição do trabalhador ao dono do seringal; b) a ausência de liberdade nas relações de troca entre seringueiro e seringalista; c) a inexistência de moeda física na maioria das operações, mesmo quando existia saldo em favor do seringueiro; d) a dívida como instrumento de acumulação capitalista e de retenção de mão de obra, transformando o trabalhador considerado “livre” num servo cativo; e) o aviação como uma engrenagem na extração de mais sobretrabalho; f) a ideologia condenatória quando se tratava de fuga ou desvio de produção no seringal. Enfim, percebe-se, a partir de Teixeira, que as aparentes disjunções da economia extrativa, realizada no centro da floresta amazônica, consubstanciava-se em interfaces de um capitalismo que se resignificava para manter seu domínio a partir dos monopólios que se criaram no mercado mundial. Assim, “...a subordinação de certas formas de produção ao capital estava naturalmente relacionada à divisão internacional do trabalho e, nesse sentido, o seringal não constitui nenhuma exceção” (p. 21).

O autor, antes de aprofundar sua análise, cuida de contextualizar o momento histórico vivido pela Amazônia, deixando claro que sua obra não cuidaria de analisar o seringal a partir de um cenário onde a Amazônia fora



a vítima do roubo das sementes de seringueira pelo Sr. Henry Wickman, mas analisá-lo à luz de um capitalismo que avançava pelo mundo impondo suas diretrizes e quanto aqueles incapazes de se adequar desfaleceram no mercado. Para isso, busca relacionar a Amazônia com o restante da economia brasileira e mundial. Primeiramente, explica que diferentemente das demais regiões brasileiras que exploravam as monoculturas do café, do algodão e da cana-de-açúcar, onde a propriedade (posse) e as propriedades (qualidade) da terra tinham relevante significância para a produção das riquezas, o caso amazônico de produção gumífera revelava algumas incongruências: a) “a terra era abundante e por isso não despertava maior interesse por seu domínio jurídico” (p. 32); e b) a qualidade da terra não era importante, o que interessava era manter posses “...sobre áreas ricas em seringueiras e outros bens” (p. 33), que pudessem garantir o trabalho na selva durante a entressafra do fábriço da borracha, como a castanha. Uma segunda intervenção feita pelo autor diz respeito à necessidade de se atentar para o fato de que a formação dos seringais na Amazônia se deu num período de transição, onde a mão de obra escrava foi substituída pelo trabalho livre, movimento estratégico do capital em busca de formar, nas áreas periféricas, reserva de força de trabalho que pudesse expandir o mercado, reformando o antigo sistema escravista-colonial em mercado de consumo, condição necessária para que o capitalismo se reproduza. Por meio de uma terceira intervenção importante, o autor nos apresenta o rio – fator natural de produção – como elemento de organização e demarcação dos seringais na busca das áreas com maiores quantidades de *Hevea brasiliensis*, identificando a partir de suas entrevistas de campo como acontecia a expansão: “...paralelamente ao reconhecimento e à exploração de uma determinada área num rio, seguia-se a descoberta de outra contígua nesse mesmo rio ou num rio vizinho, ocasionando desta maneira uma verdadeira corrida em busca de novos seringais” (p. 32). Por fim, mas não menos importante, o autor discorre que a indústria automobilística tornou a borracha muito mais importante, sob o ponto de vista industrial, que o café ou outro produto da pauta de exportação brasileira, mas que diante da escassa força de trabalho para os seringais e na impossibilidade de transferir mão de obra do Sul ou Sudeste para a Amazônia, a força de trabalho empregada para o corte de seringa veio do Nordeste em dois períodos distintos, meados do século 19 e década de 1940, migrantes que buscavam sobreviver em meio ao desemprego

e à miséria que a seca no Nordeste impunha. Com essas referências, o autor traz para a discussão a ocupação da terra e a provisão de trabalhadores para a nova sociedade que se formara em meio à selva, marcada pelo barracão e pelo sistema de aviação.

Remetendo-nos à reflexão da crise que acoessou a Amazônia quando do fim do monopólio, o autor conclui que não foi somente o fato de a borracha asiática ter superado a produção amazônica o motivo da crise, mas, sobretudo, o próprio mercado adequando-se às transformações impostas pelo capitalismo e na demora amazônica na tomada de atitudes para pôr seu produto em condições de concorrer com a borracha asiática. Os demais produtos da pauta de exportação brasileira (café, açúcar e algodão) também enfrentaram as drásticas reduções de preço no mercado internacional no início do século 20, o que influenciou na falta de competitividade do produto nacional internamente e no comércio exterior. Todavia, o que ocorreu foi que a Amazônia enfrentava a decadência do seu principal produto sem produzir meios de vida (alimentos) em uma região onde a inflação dos produtos de primeira necessidade alcançava cifras elevadas em relação aos preços praticados no mercado nacional, o que obrigava a população dar preferência, p. ex., aos enlatados importados, melhor conservados durante a longa viagem até o ponto de consumo.

Transpassada a problemática do entendimento das bases onde se fundou a economia da borracha, Teixeira parte, no segundo capítulo da obra, para a análise da organização social e econômica do seringal, buscando enaltecer as complexas redes de relações comerciais tecidas entre os sujeitos do seringal (regatão, seringueiro e suas famílias, seringalista, funcionários do barracão etc.) no espaço do “barracão”. A inovação do autor nesse aspecto é definir o barracão como a propriedade máxima para o entendimento da organização do seringal, pois era em torno dele (do barracão) que tudo acontecia. O barracão localizava-se estrategicamente à margem dos rios para facilitar o escoamento e a fiscalização no combate ao desvio de produção. No barracão: a) os seringueiros eram recebidos quando de sua chegada ao seringal; b) de lá levavam os itens necessários para sobreviver no centro da mata; c) a ele o seringueiro retornava após dias de trabalho isolado na selva para trazer sua produção e “acertar as contas” com o patrão; d) de lá retornava para a mata com mais produtos necessários para sua sobrevivência e a certeza de que sua dívida não se pagara e que necessitava trabalhar mais para saldar os compromissos



assumidos. A organização do seringal, como empresa extrativa, dava-se a partir do uso das forças produtivas da natureza somadas à engenhosidade do homem, o que resultava numa maior ou menor produtividade do trabalho no centro da mata, que “...dependia muito menos dos meios técnicos produzidos pelo capital, e muito mais do trabalho humano vivo combinado aos meios naturais de trabalho” (p. 51). Teixeira destaca com detalhes as funções dos sujeitos envolvidos no trabalho do interior do seringal, desde o “pessoal burocrático” (gerentes e encarregados de depósito), passando pelo “pessoal de campo” (comboieiros, fiscais, diaristas, auxiliares de limpeza e de conservação das estradas) e finalizando pelo “pessoal da mata” (o seringueiro), sujeito que almejava a transformação da matéria-prima – o produto da natureza, o látex – em mercadoria a partir de seu trabalho, movido pela ideologia dos discursos dos seringalistas, que punham a seringueira como “mãe” e “árvore amiga do homem”, de onde o leite saíria para alimentar suas famílias, o que na verdade exprime apenas a manipulação ideológica capitalista para criar o caráter fetichista da mercadoria, tratado com maestria por Marx em *O Capital* (1988: 70-78).

O seringueiro, para criar suas condições de vida material no interior da floresta, dava conta de uma infinidade de tarefas simultâneas que possibilitavam a sobrevivência no ambiente do seringal, tais como: a) o corte, a colheita e a defumação da borracha (processos de trabalho); b) a caça, a pesca, a coleta e cultivo da roça (processos de produção de meios de vida), o que em tese criava uma economia que poderia reduzir sua dívida no barracão, mas que concomitantemente resultava no aumento de sua jornada global de trabalho, que muitas vezes chegavam a dezesseis horas diárias. O momento do “banho” tornava-se o ponto alto do dia e muitas vezes o único lazer desse trabalhador, instante onde a família e/ou outros trabalhadores se encontravam para conversar e passar em revista todos os acontecimentos diários, no interior e fora da mata, após horas de trabalho solitário, aliás, esse era um momento mais importante ainda, era a hora do descanso e de cuidar de seu mais precioso instrumento de trabalho, o próprio corpo, para Teixeira, “...o banho no rio tem o significado de um verdadeiro conagraçamento social”. Para explicar com riqueza de detalhes os processos de produção de mercadorias e meios de vida, Teixeira dedicou todo o terceiro capítulo da obra para explicitar “A invenção de produzir borracha na selva”, explanando sobre o conhecimento adquirido



pelo homem e como na floresta aprendeu a produzir seus instrumentos de trabalho. É importante salientar que a análise do autor parte da experiência e do conhecimento dos próprios seringueiros entrevistados. O conhecimento adquirido pelo seringueiro possibilitou criar o próprio calendário, a partir do fábriço – seja da borracha ou de outro produto importante para a manutenção dessa economia, como o da castanha –, guiando seu trabalho pelo relógio da natureza: descida e subida das águas, precipitações pluviométricas, floração das árvores de seringa etc.

Nesse ínterim, o seringueiro apreende a natureza e define seu calendário anual de trabalho, iniciando em junho com a limpeza da estrada de seringa e prosseguindo a extração até dezembro, quando se inicia o período de chuvas e as águas do rio começam a subir novamente, indicando que a seringa e o roçado – como atividades de trabalho – não irão mais garantir sua sobrevivência. Nesse momento, o seringueiro descobre que é hora de garantir seu sustento por meio de outras formas de trabalho, particularmente a caça, a pesca e a coleta de frutos, dentre eles a castanha a partir do mês de março. Aliás, esse é o tema central do quarto capítulo da obra de Teixeira, “A coleta de castanha e outras atividades”, que reflete a importância das atividades que possibilitam a manutenção do trabalhador na floresta mesmo em períodos onde o produto da seringa não é a principal finalidade comercial. Esse período, segundo o autor, é envolto pelas dificuldades enfrentadas pelo morador para prover sua sobrevivência no interior do Amazonas, “...pois, além das cheias que tornam tudo mais difícil, escasseia também o peixe, e a caça só é encontrada nas terras mais altas” (p. 74). Todavia, apesar de boas cotações de castanha nesse período, o seringueiro apenas vê sua dívida aumentar, pois a maior parte dos gêneros de consumo – quando não se consegue suprir suas necessidades pela caça e pela pesca – é obtida no barracão, o que fará com que o próximo fábriço inicie-se com elevada dívida junto ao patrão.

Seguindo uma ordem metodológica singular, a obra de Teixeira traz no quinto capítulo a experiência vivida pelo seringueiro entre o roçado de várzea e o extrativismo. Observe que o autor reconstrói nesse livro o seringal a partir de sua perspectiva histórica – a ocupação da terra, a organização econômica e social, a forma de produzir borracha na selva, a coleta de castanha em período distinto do fábriço de seringa e o roçado como atividade acessória ao extrativismo – dando ao leitor a possibilidade de conhecer o seringal a partir



de seus sujeitos e experiências, utilizando-se dos elementos que compunham a vida social e seus regimes de trabalho. O emprego da roça, segundo Teixeira, foi comum em quase todos os seringais, inclusive nos seringais que adotaram o “regime do toco”, onde o seringueiro vivia cativamente sob as ordens do patrão seringalista. As principais culturas do roçado de várzea no seringal tinham seu cultivo iniciado a partir do mês de junho, mesmo período do fábriço da seringa, dentre as quais se destacavam: macaxeira, mandioca, feijão, milho, legumes (maxixe, tomate, quiabo, chicória) e frutas (melão e melancia, os principais). O roçado de mandioca, segundo Teixeira, era um dos mais importantes para a manutenção do seringueiro e de sua família, pois a partir da mandioca esse agricultor podia produzir farinha, alimento importantíssimo na dieta do seringueiro e talvez o gênero que mais onerava sua dívida no barracão. Assim, o produto ajudava-o a libertar-se do barracão durante o período do fábriço no seringal. Todavia, em épocas onde o preço da borracha encontrou-se vantajoso no mercado – principalmente durante o “áureo” período de 1870 a 1912 e de 1943 a 1945 – muitos seringalistas proibiam o cultivo da roça, pois entendiam que todo o esforço produtivo devia ser direcionado à seringa. Outros seringalistas não proibiam sob a condição de a produtividade do trabalho não ser comprometida. Tal condição obrigava o seringueiro a aumentar sua jornada de trabalho. A desobediência por parte do seringueiro podia custar-lhe a vida ou pelo menos castigos severos. Muitos seringueiros acabaram por deixar por completo o trabalho no seringal – após quitarem sua dívida no barracão, algo muito raro – e migraram de vez para a agricultura. Teixeira considera esse movimento algo comum na medida em que os próprios seringueiros admitem que a vida na roça era mais vantajosa e com as crises pela qual passou o produto, parte da população tendia a refluir para as várzeas. Em um dos discursos dos entrevistados, Teixeira capta alguns dos motivos que levavam o seringueiro a tornar-se de vez agricultor: “Deixei o seringal porque quanto mais trabalhava, mais os patrão tiravam de mim. Então achei que era interessante deixar aquela vida e passar a percurá outro meio de vida. O meio de vida que eu percuré foi trabalhar na agricultura” (p. 86). Noutro discurso, o seringueiro é claro em suas motivações: “...na lavoura trabalho por minha conta e não estou sujeito ao patrão (...) Deixei o seringal porque não me dava camisa. Cheguei (lá) com muita roupa e saí nu. Na lavoura trabalho por minha conta” (p. 86).



O sexto capítulo da obra apresenta de forma minuciosa o funcionamento do aviamento, suas características estruturantes e o regime do toco, elementos que auxiliaram no aprisionamento físico e psicológico do trabalhador ao barracão. O regime do toco é marcado pela coerção imposta ao seringueiro, nesse regime os seringalistas entregam a estrada limpa e a barraca pronta para o seringueiro morar com a sua família – ilusoriamente cria-se a primeira algema de aprisionamento, a gratidão que o ingênuo trabalhador tem para com o seu patrão por ter lhe dado trabalho e moradia –, cabendo ao seringueiro unicamente sua dedicação à produção de borracha que o seringalista se compromete em adquirir. Nesse regime cria-se um “...elevado grau de sujeição do trabalhador ao barracão” (p. 109), que se torna totalmente vulnerável ao sistema comercial do aviamento, comandado pelo próprio patrão ou seus subordinados na administração do barracão. No aviamento, o patrão fornece ao seringueiro os produtos necessários para o seu trabalho e manutenção na floresta (equipamentos e alimentos). Ao abrir uma “conta” no barracão para o seringueiro, este passa a ser tratado como “freguês” pelo gerente do barracão, o que os leva a crer numa relação livre de troca. Todavia, apesar da aparente liberdade comercial, o que ocorre é um mecanismo coercitivo que aprisiona o seringueiro. Porventura, o “bom seringueiro” – aquele que tem alta produtividade e tem saldo – pode se tornar um aviado, ou seja, um intermediário do seringalista na comercialização de produtos do barracão junto aos demais seringueiros e até mesmo administrar estradas de seringa para o seu patrão. Para adquirir esse *status* o seringueiro deverá, pelo menos, saber ler e escrever para manter o controle sobre os negócios. Tal artifício utilizado pelo seringalista se dá em função das grandes extensões de terra sob seu poder e pela impossibilidade de administrar suas imensas propriedades ao longo dos rios amazônicos. Cabia a esses “homens do patrão” o papel de fiscal das leis do seringal, entre elas cuidar para que não houvesse o desvio de produção, prática ideologicamente condenada, inclusive por outros seringueiros que tinham consigo uma dívida moral com o patrão. Teixeira deixa claro que o regime do toco aliado às práticas do aviamento colocavam o seringueiro em situação de total imobilidade social. Nesse capítulo o autor consegue, por meio do acesso às contabilidades dos seringais nos anos de 1936 a 1938, identificar a “função social enquanto instrumento de coerção” do endividamento no barracão (p. 123-128). Ademais, é possível – pelas relações de compras identificadas na



contabilidade do seringal – descobrir que os seringueiros priorizavam, no período do fábriço da seringa, o consumo de meios de trabalho (tigelinhas, cartuchos, pólvora, querosene, entre outros) e somente alguns meios de vida não produzidos por ele (sabão, papel para fumo, velas, café, sal etc.). Assim, ele conclui que sempre o seringueiro ficaria exposto a uma condição de sujeição, seja pela dívida que deveria ser paga com o produto de seu trabalho, seja pelo saldo que não lhe era pago em espécie, visto que o seringalista sempre se utilizava de mecanismos que mantinham os trabalhadores aprisionados ao barracão, tal como o discurso do seringalista de que se “...se o seringueiro trabalhar com afinco, um dia ele se livra disso...” (p. 133).

As fontes do lucro apropriado pelo seringalista no barracão são discutidas no sétimo capítulo, em que o autor destaca três fontes principais de lucro: a tara, a venda inflacionada dos produtos e a natureza. Quando da entrega do produto no barracão, o seringalista cria as regras de pesagem, p. ex., quando a borracha é levada pelo seringueiro ao barracão, do valor auferido é descontado 30% da tara, justificado pela água contida na borracha. Todavia, apesar de o seringalista também ter esse desconto quando de sua venda para o regatão, este já realiza a operação como se a borracha fosse virgem – seca e sem água –, o que leva o autor a afirmar que quem suporta o custo da secagem do produto é sempre o seringueiro, cabendo ao seringalista a obtenção do sobrelucro na operação de venda para o regatão. A segunda fonte de lucro, conforme Teixeira, é a venda inflacionada de gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho ao seringueiro a partir do barracão. Não restava ao seringueiro alternativa senão endividar-se, senão vejamos: o seringalista praticava preços inflacionados no barracão em razão de possuir o monopólio nas cercanias e muitas vezes ser o próprio transportador dos produtos da cidade até o seringal em função de possuir embarcações próprias que garantiam a redução do custo de seus produtos. A terceira fonte de lucro do seringalista advinha da natureza, por meio das condições naturais de produção. A título de exemplo, o autor relata que muitos seringueiros, quando conseguiam alguma caça ou quantidades expressivas de pescado, sem ter como armazenar a carne, negociavam parte do produto e o couro com o seringalista, que descontava um valor ínfimo de sua dívida, lhe retribuindo o produto com outros produtos ou simplesmente um “agrado”, numa espécie de “...escambo ou algo parecido com a servidão...” (p. 153). Os seringalistas também lançavam mão da contratação de caçadores



e pescadores profissionais para abastecer o barracão com os produtos provenientes dessas atividades. Obrigado a estender sua jornada de trabalho para poder caçar e produzir, Teixeira afirma que, para o seringueiro, quase não sobrava tempo para dormir nesse processo onde se via obrigado a apropriar-se da natureza para sobreviver, condição histórica que contribuiu decisivamente para a acumulação capitalista, por parte do seringalista, no seringal. A partir desse mecanismo de sujeição, o dinheiro (moeda) e o preço figuravam apenas como unidades de medida necessárias para que o seringueiro fosse creditado ou debitado em sua conta, ilustração de um cenário forjado de relações igualitárias e livres de troca. Na verdade, raramente havia movimentação monetária em espécie e a dívida tornava-se cada vez mais um “instrumento de coerção extraeconômica” (p. 155).

Por fim, no oitavo capítulo, Teixeira traz-nos à discussão o papel do regatão no contexto econômico e social do aviamento, agente direto na expansão do capital mercantil e, sociologicamente, parte integrante da estrutura comercial. Esse sujeito pode ser percebido de duas maneiras distintas no ambiente do seringal: a) primeiro como aliado do seringalista na comercialização dos gêneros para o abastecimento do barracão, sendo benquisto pelo patrão; ou b) inimigo dos barracões, na medida em que comercializa diretamente com o seringueiro e enfraquece o monopólio do barracão, sendo perseguido pelos seringalistas por sua ação atrevida junto aos seus servos seringueiros. Como aliado do seringalista, o regatão ajudava a perpetuar o regime do barracão e do sistema de aviamento, mantendo-se o monopólio. Como vendedor e comprador direto junto aos seringueiros, os regatões apresentavam-se como alternativa para que “...a população pobre do interior fugisse ao controle dos donos de seringais” (p. 160). Tais práticas levaram muitos seringalistas a tomarem atitudes drásticas em busca de conter os regatões – tratados pelo seringalista pelas alcunhas de atravessadores, ou marreteiros – nas margens dos rios de seus seringais, aumentando por fim a fiscalização e declarando guerra a esses comerciantes, que chegavam inclusive a pagar com a vida, assim como os seringueiros. Teixeira destaca que a maior diferença nas relações de troca entre regatões/seringueiros e seringueiro/patrão repousava no fato de a primeira relação caracterizar-se pela liberdade, o que permitia em certa medida uma real negociação e permitia ao trabalhador sentir-se dono do que produzia. O fato de a atividade do regatão ser mais antiga que o monopólio gumífero e



sua atividade principal ser o comércio dos variados gêneros, possibilitou-lhe sobreviver em sua atividade mesmo em períodos de crise da borracha, pois cabia a ele levar e trazer os meios de vida e de trabalho de que as populações do interior não dispunham e dos alimentos que a capital necessitava. Nas palavras do autor: “...o regatão tornou-se uma exigência – como o foi o barracão – de o capital mercantil introduzir-se em todos os recantos da terra...”, ou, em outras palavras, o regatão tornou-se agente de uma contradição capitalista, o combate do monopólio criado pelo próprio capitalismo a partir da expansão comercial nos rios da Amazônia.

Em *Servidão Humana na Selva*, Teixeira nos brinda com uma visão sociológica ímpar e não deixa descoberto nenhuma variável estruturante do regime do barracão as quais os seringueiros foram expostos, analisando-o a partir de sua organização social, sua estrutura econômica e suas regras e costumes. Destarte, o autor afirma que o fator trabalho era o principal mecanismo responsável pelo aumento da produção, em detrimento da percepção daqueles que acreditam que o capital foi responsável pelo aumento da produção no seringal. O homem, a partir do domínio da natureza, descobre os meios indispensáveis à sua sobrevivência em meio à própria natureza, momento em que o capital se reproduz preservando a natureza das relações antigas, “...levando em conta a própria necessidade de acumulação...”, nesse caso, escondida sob a égide do aviamento e na economia do excedente – caça, pesca, coleta e roçado – praticada pelos seringueiros em busca da sobrevivência. Todavia, a mescla de um sistema de produção pré-capitalista alia-se à finalidade última do trabalho em produzir as mercadorias que devem ser trocadas por dinheiro, dinheiro esse que deixa de existir no seringal e abre espaço para a dívida no barracão. Assim, Teixeira encerra essa formidável obra afirmando que o seringal foi um “invólucro” no qual se esconderam os mecanismos de coerção ideológicas estranhas e contrárias à natureza da relação mercantil, mas que na realidade foi a forma encontrada pelo capital para se reproduzir na Amazônia.